

# Direitos humanos sob proteção

Dez anos após a assinatura da lei que criava o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, o órgão finalmente saiu do papel. A posse dos 32 membros efetivos e 32 suplentes aconteceu na tarde de ontem, no Palácio do Buriti. O conselho terá poder de polícia e servirá para fiscalizar e apurar violações aos direitos dos cidadãos.

Entre as atribuições do conselho estarão ações educativas e pesquisas sobre o cumprimento das leis. Atividades preventivas também serão pensadas pelo órgão. O cronograma e a definição dos projetos, no entanto, serão detalhados na 1ª Conferência de Defesa dos Direitos Humanos, com realização prevista para julho.

— O objetivo é defender, proteger e resguardar os direitos da sociedade — explicou Antônio Barbosa, secretário de Ação Social do Distrito Federal.

Para Barbosa, o bom funcionamento do órgão dependerá da contribuição e participação efetiva tanto do poder público quanto da sociedade civil. O conselho será vinculado à Secretaria de

## Conselho terá poder de polícia e servirá para investigar infrações a direitos dos cidadãos

Ação Social e, além de Barbosa, será composto pelos secretários de Educação, Ciência e Tecnologia, Trabalho, Segurança Pública, Fazenda, Meio Ambiente, Planejamento e Direitos Humanos.

O objetivo do Conselho será examinar todas as denúncias de violação de direitos humanos e, ao mesmo tempo, fazer propostas no sentido de criar políticas para sua proteção. Deverá tornar-se uma grande câmara de ressonância das discussões que se fizerem sobre o tema.

Representantes da Câmara Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e outras instituições atuantes pela defesa dos direitos sociais também estão entre os conselheiros.

— Nenhum governante gosta de ver os direitos dos cidadãos serem usurpados. Mas não existe uma política pública que entre na casa das pessoas para prevenir mazelas como a violência doméstica. Por isso, é essencial ter o apoio de todos para que possamos avançar — afirmou a governadora Maria de Lourdes Abadia.

Além de recolher as denúncias, o conselho ajudará a criar novas políticas públicas que estimulem o cumprimento da legislação.

— Temos de garantir os direitos, mas também é importante se preocupar com o cumprimento dos deveres sociais. Temos responsabilidades com o outro e, quando percebermos isso, os direitos afloram — destacou Abadia. (S.C.)